

A ação direta como mecanismo para enfrentamento da Gentrificação: possibilidades e limites

Direct action as a mechanism to confront gentrification: possibilities and limits

Maria Carolina Maziviero*, Daniela Sandler**

*Doutorado em Fundamentos Sociais do Urbanismo e da Urbanização, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. É pesquisadora do Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas (CEPPUR), coordenadora do Laboratório de Habitação e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do projeto de extensão Formas de Habitar: dimensões do morar e da produção da cidade de Curitiba, em parceria com a Promotoria de Justiça das Comunidades, do Ministério Público do Paraná (MPPR). Também é membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Curitiba (2019-2021).

**Doutorado em Estudos Culturais e Visuais pela Universidade de Rochester. É autora do livro, *Counterpreservation: Architectural Decay in Berlin since 1989*. Seus artigos e resenhas foram publicados nas revistas acadêmicas *Third Text*, *Social Identities*, *The Journal of the Society of Architectural Historians*, e *Revista Pós*; e também nos livros *Third World Modernism*, editado por Duanfang Lu (Routledge, 2010) e *Memorialisation in Germany since 1945*, editado por Bill Niven (Palgrave McMillan, 2009).

Resumo

Consideramos as contribuições dos novos ativismos urbanos para a luta antigentrificação em São Paulo, por meio de uma abordagem dupla. Primeiro, analisamos experiências atuantes em áreas vulneráveis à gentrificação, que demonstram o potencial e as dificuldades de resistir através de práticas artísticas alternativas. A seguir, incluímos o potencial latente de coletivos periféricos, que oferecem exemplos metodológicos de tecnologias sociais inclusivas que podem ser adaptadas para outras partes da cidade. A premissa é que ações autogeridas criam espaços de discussão autônomo, ampliando a agenda de luta pelo direito à cidade pela resistência concreta e simbólica. Defendemos que a politização do território coloca em xeque estratégias mercadológicas de incorporação harmônica de comunidades, impondo um movimento de ajuste nas estratégias de legitimação ultraliberais.

Palavras-chave: Ativismo Urbano. Coletivos Urbanos. Tecnologia Social. Resistência Simbólica

Abstract

We consider the contributions of the new urban activism to the antigentrification struggle in São Paulo, through a double approach. First, we analyze experiences in areas vulnerable to gentrification, which demonstrate the potential and difficulties of resisting through alternative artistic practices. Next, we include the latent potential of peripheral collectives, which offer methodological examples of inclusive social technologies that can be adapted to other parts of the city. The premise is that self-managed actions create spaces for autonomous discussion, expanding the agenda of struggle for the right to the city by concrete and symbolic resistance. We defend that the politicization of the territory puts in question marketing strategies of harmonic incorporation of communities, imposing a movement of adjustment in the ultraliberal legitimation strategies.

Keywords: Urban Activism; Urban Collectives; Social Technology; Symbolic Resistance.



Recebido: 24/04/2020

Aceito: 22/06/2020

<https://doi.org/10.37916/arq.urb.v28i.424>

Introdução

A partir de 2011, vários protestos globais trouxeram à tona rancores massivos com o sistema político e econômico mundial: o movimento Occupy, os protestos do Parque Gezi em Istambul, a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis. Como um todo, o ciclo de protestos aponta para fatores comuns: a crise econômica de 2008¹, o desemprego, a relação desfavorável entre receitas e despesas, medidas de austeridade (KALB E MOLLONA, 2018; WALLERSTEIN, 2012). Essas mobilizações populares consagraram uma verdadeira “Crise de urbanização planetária”, como sugere Harvey (2014). No Brasil, a resposta mais direta ao desca-so com as condições precárias de grande parte da população foram as chamadas Jornadas de Junho de 2013 (CALDEIRA, 2015). Milhares de pessoas foram às ruas em protestos multifacetados, inicialmente motivados pelo encarecimento da tarifa do transporte coletivo, mas depois incorporando outras reivindicações às vezes contraditórias, culminando na polarização das ruas e das redes.

Esses levantes têm um traço importante em comum: são lutas urbanas, cujos debates colocam em xeque a produção da cidade contemporânea. Seu caráter ativista reivindica uma inversão no processo de urbanização contemporâneo, no qual a aplicação dos excedentes do capital se dá de forma centralizadora e segundo interesses de classe. As ações populares desafiam o ordenamento do mundo, pensando-o pelo lado do avesso, por meio de táticas de inversão que reconstróem o cotidiano nas entranhas do capitalismo da destruição.

Essas ações têm crescido nas cidades brasileiras, lutando pela ampliação do direito à cidade por meio de novos modelos de participação cívica, mais descentralizados, democráticos e autônomos. As mobilizações revelam uma urgência em repensar e rever a origem dos problemas urbanos, sobretudo no campo da avaliação e monitoramento da política urbanística brasileira, que para além de tentar normalizar os espaços da cidade, pune os que propõem soluções ante a completa ausência estatal, como o caso das ocupações de moradia ou a autoconstru-

1. Referência à crise das hipotecas de alto risco, ou crise *subprime*, iniciada nos EUA, cujo resultado foi o colapso de bancos e instituições financeiras, com repercussões em escala global. Alinhada à estagnação dos salários, a financeirização da economia levou a formação de uma massa de endividados no país, sobretudo entre pobres e negros que não compreendiam bem os termos dos empréstimos, levando-os a chamada predatory lending (WYLY et al., 2009). Assim, a expropriação de boa parte da renda da classe trabalhadora pelos juros bancários, somada a insatisfação generalizada com a crise financeira provocada pela completa desregulação do mercado, resultou na sequência de levantes populares. Ver mais em Avritzer (2012).

ção, por exemplo. Essa política urbanística provém de movimentos de redemocratização nos anos 80 e 90, que pautaram questões significativas para a construção de um estado de direito no Brasil, com foco no acesso à terra e na sua função social, sobretudo pela promulgação da Lei Federal n. 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade (COSTA, 2016; RODRIGUES, 2016). Mas ainda existem muitos limites à sua implementação: i) a falta de continuidade entre gestões públicas; ii) jogos políticos com manejo de recursos, desencadeando um conjunto de “des-ações” para manter, ampliar e consolidar poder; iii) uma contradição a priori entre os objetivos amplos das políticas urbanas e o ferramental para sua execução em escala local; e iv) a própria crença na regulação da atuação do mercado pelo próprio mercado, a julgar pela ideia da função social da “propriedade” – o que a rigor não elimina o problema, mas o transfere ao capital privado – entre outras contradições internas aos marcos da reforma urbana.

As visões utópicas e ideais da cidade representadas em políticas, planos, discursos e programas de governo estão afastadas da emergência dos fatos. Intervenções públicas têm se mostrado pouco eficazes, em parte pela alternância de gestões municipais com prioridades diversas, o que resulta em constantes modificações no corpo técnico de prefeituras, tornando o processo ainda mais truncado. Ao mesmo tempo, comunidades de bairro ou unidades por interesses comuns têm se articulado local-

mente em microações que sugerem uma nova perspectiva para a produção do espaço urbano – uma perspectiva conectada a problemas concretos, soluções factíveis em pequena escala e continuidade.

Essa perspectiva, encarnada na experiência de apropriação de espaços públicos ou privados como resistência ao neoliberalismo, representa o principal movimento de insurgência nas cidades brasileiras. Há novos agentes envolvidos na produção da cidade, empregando formas não-hegemônicas de organização, seguindo princípios de horizontalidade, “não-hierarquia”, democracia radical e governança dos comuns (HARVEY, 2014; HOLSTON, 2008; LACLAU E MOUFFE, 1985).

Esses novos agentes se organizam de diversas formas, entre as quais a figura do “coletivo”, associação que pode ser formal ou informal, com flexibilidade quanto ao número de participantes, estruturas de gestão, financiamento, sede etc. A flexibilidade possibilita o florescimento de iniciativas que, mesmo com poucos recursos, conseguem agir no espaço urbano, muitas vezes com repercussão considerável.

Focamos aqui em intervenções que tomam o cidadão como elemento central na construção da cidade a partir do interesse coletivo, práticas cotidianas, hábitos e costumes de grupos sociais. As ações insurgentes buscam modificar o território de forma gra-

dual e colaborativa, respondendo ao espaço urbano fragmentado e desigual produzido pelo modelo neoliberal. Essas ações podem ser entendidas dentro da categoria mais ampla dos “novos urbanismos de base,” um termo que tenta apreender seu caráter participativo e informal, sua atenção a questões de desenho e planejamento urbano, e sua diferença em relação a movimentos urbanos anteriores (como os grandes movimentos pela moradia dos anos 1970 e 80, ou mesmo os movimentos dos sem-terra e sem-teto das últimas duas décadas). Em outras palavras: as ações insurgentes buscam compreender e transformar os espaços da cidade em várias escalas (ou seja, são “urbanismos”); fazem isso de “baixo para cima”, fora de instituições oficiais, e baseadas em grupos locais e de pequena escala (ou seja, “de base”); e, finalmente, não seguem a cartilha política centralizadora que unia movimentos sociais do passado (ou seja, “novos”). Urbanismos de base é um termo abrangente, que comporta grande variedade de modos de organização, táticas, preocupações e resultados (SILVA, 2016; JIMENEZ, 2014; DIAZ AND TORRES, 2012). A heterogeneidade dos novos urbanismos de base permite sua adaptação a contextos diversos, mas também acaba incluindo diferenças e até contradições entre seus exemplos. Quase toda a ação insurgente contemporânea pode ser entendida como urbanismo de base, mas nem todo urbanismo de base é necessariamente insurgente.

Tais ações insurgentes operam a partir de intervenções imediatas, dialogando com o pré-existente. A forma participativa aparece com características de colaboração, introduzem valores e princípios igualitários, democráticos e solidários dentro do capitalismo por novos arranjos sociotécnicos, através de uma abordagem transversal que reúne saberes múltiplos. A insurgência propaga-se como discussão e prática a partir de reivindicações e insatisfações locais que assumem um panorama global, trazendo em seu cerne a luta anticapitalista sobre a produção do espaço urbano, “*esteve ancorada em movimentos sociais, geralmente com fortes correntes anarquistas presentes e que clamam ainda hoje que ‘um outro mundo é possível’*” (WRIGHT, 2019, p. 54). A ideia do comum como bandeira de luta que reivindica o mundo contra as privatizações e cercamentos, ou seja, para além da lógica da mercadoria e da propriedade, é retomada no imaginário político de movimentos e ativistas a partir dos movimentos altermundialistas dos anos 1990 e se consolida com o novo ciclo de protestos globais de 2011 (DARDOT E LAVAL, 2017). A ideia de uma certa comunalidade da vida urbana também pressiona os arranjos institucionais para tornarem-se mais flexíveis e adaptáveis, de modo a permitir soluções mais responsivas desde a comunidade aos problemas urbanos. Ai está um dos desafios do planejamento urbano: lidar com essas novas realidades e compreendê-las, assumindo outras formas de mediação que contemplem os condicionantes concretos comumente negligenciados nas propostas participati-

vas tradicionais (RANDOLPH, 2007).

Gentrificação e Urbanismos de Base.

Coletivos e outros urbanismos de base oferecem uma oportunidade única para repensar os desafios urbanos contemporâneos, e a questão da gentrificação em particular. Entendemos a gentrificação no sentido amplo descrito por Neil Smith ao se referir ao “novo urbanismo global” (SMITH, 2002): ações coordenadas entre poder público e iniciativa privada para aumentar valores imobiliários e acelerar economias urbanas, com investimentos de larga escala, melhorias públicas na infraestrutura, e empreendimentos residenciais, comerciais e multifuncionais voltados ao mercado de classes média-alta e alta. A gentrificação não é apenas a transformação pontual de bairros de classe baixa por meio do influxo da classe média, renovações materiais e expulsão de residentes originais. Smith propôs - há quase duas décadas, mas em texto que continua atual - que consideremos a escala maior e mais premeditada de parcerias público-privadas, megaeventos e projetos urbanos de larga escala. Esta também é a definição expandida que Loretta Lees, Tom Slater e Elvin Wyly propõem, no que identificam como a “mutação” da gentrificação em sua fase contemporânea (LEES, SLATER E WYLY, 2008).

Esta definição mais ampla de gentrificação como parte de uma estratégia global de acumulação de

capital - estratégia que resulta em melhorias urbanas restritas a uma parcela cada vez menor da população - nos ajuda a entender São Paulo, abarcando transformações e políticas urbanas dos últimos trinta anos: as Operações Urbanas, as ampliações de avenidas como Faria Lima e Berrini, a construção de complexos comerciais na Marginal Pinheiros, planos para a restauração arquitetônica de bairros históricos como o Centro e a Luz (ALVES, 2011; FIX, 2001 e 2007; DURAN, 2013-2015, entre outros).

Neste contexto, as insurgências urbanas na forma dos coletivos apresentam um potencial ainda não explorado para lidar com os efeitos deletérios da gentrificação e do urbanismo estratégico global. Acreditamos que as práticas de organização social e política desses grupos, suas ações no espaço urbano, suas experiências cotidianas e os meios pelos quais comunicam e desenvolvem seus projetos (do uso de redes sociais digitais à cartografia social) oferecem um rol de técnicas e ferramentas que podem ser aplicadas na busca de uma cidade mais justa e inclusiva. Seus esforços para coletivizar o trabalho, a produção e a reprodução da cidade, para pensar a economia como sustentação da vida humana, ou seja, a própria manutenção da vida para fora do sistema predatório capitalista constitui um contrapoder e abre um processo de autodeterminação para além do âmbito do Estado e do mercado, e das formas de propriedade públicas e privadas, evocando um porvir não capitalista. Nosso ar-

gumento é, em parte, especulativo. Consideramos, de um lado, os grupos entrincheirados em áreas sujeitas à gentrificação, cuja presença física em bairros centrais em processo de valorização os torna vulneráveis à expulsão - e também os transforma em ícones de resistência. Reconhecemos o valor desses coletivos como práticas sociais que representam espaços reais de exceção, mas também notamos seus limites - tanto sua impotência face a pressões públicas e privadas enormes quanto seu papel ambíguo como “pioneiros” involuntários da renovação urbana.

Este papel de cúmplice involuntário da gentrificação ocorre quando grupos associados à arte, a subculturas urbanas e a uma sociabilidade criativa e boêmia –artistas, estudantes, músicos, ativistas, minorias étnicas e de gênero, intelectuais, profissionais dos “campos criativos” – ocupam áreas desvalorizadas, aproveitando-se de custos baixos, e com sua presença tornam essas áreas atraentes: criam badalação, agito, vida cultural animada, atividades e espaços festivos. Isso ajuda a criar programas e atmosferas que atraem um público amplo, a princípio em busca de diversão; com o tempo, a presença de uma “cena cultural” transforma a imagem e identidade de áreas previamente consideradas deterioradas ou inseguras, gerando percepções de segurança e atraindo investimentos privados. Este processo, chamado por Rosalyn Deutsche e Cara Gendell Ryan de “a bela arte da gentrificação” (1984), repetiu-se em muitas cida-

des: Nova York, Amsterdã, Paris, Berlim, Barcelona (2016; SHAW, 2005; SMITH, 1996; KISLER E ECKERR, 1992, entre muitos outros).

Em parte, como resposta a esse paradoxo, consideramos as contribuições possíveis de ativismos que vêm desenvolvendo redes de participação urbana com ramificações profundas em bairros periféricos de São Paulo. Acreditamos que a potência dos coletivos periféricos - em especial, sua capacidade de construir espaços de participação comunitária efetiva e de concretizar melhorias urbanas mesmo com escassez de recursos, num contexto de negligência e violência do poder público - pode ser transferida e adaptada para as lutas contra a gentrificação em bairros centrais. Esta potência pode informar ações de base informais e transformar políticas e estruturas oficiais de gestão urbana.

Os problemas estruturais da cidade impedem uma divisão estanque entre centro e periferia - seja pela ubiquidade de condições precárias e de pobreza, seja pelo fato de que a riqueza central se apoia na exploração da periferia, com um mercado de trabalho injusto e a concentração de recursos no centro. A desigualdade é condição constitutiva de São Paulo (VERAS, 2018; FIX E ARANTES, 2016; TORRES, 2003; OLIVEIRA, 2003), de forma que podemos falar em desigualdades entrelaçadas. Importante destacar que consideramos periferia como territórios populares com baixas condições de habitabilidade, conforto e segurança, e não como uma rela-

ção puramente geográfica, ainda que esta conexão entre espaços e estratos sociais aparentemente apartados também embasa nossa proposta de colocar em diálogo coletivos de locais distantes da cidade. Propomos conversas entre centro e periferia – conversas que, em alguns casos, já acontecem por própria iniciativa de ativistas (PERMASAMPA, sem data; AÇÃO EDUCATIVA, sem data).

Experiências no centro: Ocupa Ouvidor e Casa Amarela.

Começaremos com dois coletivos localizados no centro, onde a gentrificação é ameaça tangível: a Ouvidor 63, ou Ocupa Ouvidor, no Centro Velho; e a Casa Amarela, na Consolação. Tanto o Centro Velho quanto a Consolação (em especial o Baixo Augusta), no centro expandido da cidade, são alvo da atenção de investidores privados e do poder público, na forma de planos de transformação urbana e propostas de empreendimentos imobiliários (ALVES, 2011). Esses bairros também vêm experimentando, nas duas últimas décadas, aquecimento no comércio e serviços voltados a classes médias e altas, a criação ou renovação de equipamentos culturais, e efervescência social em festivais e eventos (Festival Baixo Centro, Virada Cultural).

Ao mesmo tempo, esses bairros ainda apresentam diversidade sócio-econômica, presença de classes baixas e espaços em estado precário. A sua trans-

formação em bairros gentrificados, embora planejada por agentes públicos e privados há mais de duas décadas, é ainda incompleta e irregular (CONCLI, 2018) - em parte devido a desigualdades estruturais da cidade e do país, que impedem uma gentrificação desenfreada e hegemônica como na Europa e América do Norte; em parte devido a crises econômicas, mudanças de governo, desafios socioeconômicos (crime, uso de drogas, carência de moradias), e a percepções elitistas do centro como lugar “deteriorado”.

Se o espectro da gentrificação ronda o centro, esse espectro vem sendo contido. Para nós, que desejamos uma cidade inclusiva e diversa, e que enxergamos a gentrificação como mecanismo de exclusão e desigualdade, é um certo alívio constatar que, mesmo com tanta pressão de mercado e governo, a propalada “revitalização” do centro ainda não se completou. Admitidamente, muitas áreas centrais transformaram-se, na última década, com o influxo de investimentos públicos e privados, o aumento no valor de aluguéis e propriedades, a elitização cultural e econômica de comércio e serviços, e a chegada de membros das classes média e média-alta como novos habitantes e frequentadores. Mas essas áreas “revitalizadas” ou “gentrificadas” coexistem com muitas outras que ainda mantêm um perfil popular e diverso, como o coração dos Centros Velho e Novo, além de bolsões de pobreza com problemas sociais sérios, como a Cracolândia, que evi-

dência o fracasso de projetos revitalizadores como a Nova Luz (TORRES FREIRE, 2019). Ou seja, o processo é incompleto e irregular, e dada a recessão econômica do país desde 2014, nada garante que a trajetória “ascendente” da gentrificação irá persistir ou mesmo se manter.

Por outro lado, há pouco a celebrar nos motivos pelos quais essa “revitalização” foi contida, incluindo a pobreza e precariedade persistentes. A presença de espaços de resistência à gentrificação no centro não pode ser explicada somente com base no poder que esses espaços e comunidades teriam de combater a gentrificação. Se a Ocupa Ouvidor e a Casa Amarela sobrevivem, isso é em parte pela incompletude da gentrificação de seu entorno. Com isso, não queremos descartar ou diminuir suas conquistas, mas sim reconhecer seus limites no presente, e especular de maneira embasada sobre o seu poder de lutar por uma cidade mais justa no futuro.

A Ocupa Ouvidor é um projeto cultural e residencial num edifício de treze andares pertencente ao governo do Estado. O projeto começou em 2014, quando um grupo de artistas ocupou o prédio então vazio. Desde então, o governo pôs o prédio a leilão duas vezes, tentando vendê-lo à iniciativa privada, mas não atraiu interessados (VEIGA, 2017). Aventamos que essa falta de interesse de mercado, mais do que a presença dos artistas, preserva a Ocupa Ouvidor e possibilita sua sobrevivência.

Como toda negligência, é uma proteção instável, sem garantias. A Ocupa Ouvidor se beneficia justamente do descaso público e privado para existir em um prédio de localização central - situação comparável à dos artistas nova-iorquinos dos anos 60 no East Village (SMITH, 1996; ABU-LUGHOD, 1995; DEUTSCHE E RYAN, 1984), ou das culturas alternativas no centro-leste de Berlim nos anos 90 (VASUDEVAN, 2014; HOLM, 2014 E 2006; KUHN, 2014). É difícil especular como estaria a Ocupa Ouvidor se houvesse interesse mais forte e agressivo por parte de agentes privados. Precisamos considerar o potencial de resistência da Ocupa dentro de limites, sem exagerar suas possibilidades. Isso não significa desmerecer suas contribuições.

Essas contribuições são muitas. A presença de cerca de uma centena de residentes, em sua maioria artistas, alguns acompanhados de parceiros e filhos, configura ato de crítica ao modelo urbano vigente regido pelo mercado e voltado à acumulação de capital, à especulação imobiliária e ao consumo do espaço urbano por elites econômicas, ou seja, propõem uma eventual outra forma de viver. A presença cotidiana dessas pessoas, seus corpos, seus ritmos, seus hábitos, suas interações - tudo isso corresponde à concretização de um modelo alternativo de vida e sociabilidade, regido por colaboração, trabalho voluntário na gestão e manutenção do edifício, e uso criativo e lúdico da cidade (evocando o valor de uso em oposição ao valor de troca; LEFEBVRE, 1968). A ocupação responde à necessidade



Figura 1 - Ocupa Ouvidor, agosto de 2016.

2. Por coincidência, há vários outros projetos culturais com o nome de Casa Amarela em São Paulo - talvez pela existência de muitas casas pintadas de amarelo!

básica de abrigo, e representa uma atitude combativa de entrincheiramento e barreira física, feita com os próprios corpos.

Mas a Ocupa Ouvidor não é apenas uma ocupação residencial. O projeto começou com aspirações artísticas, com o desejo de criar um espaço para experimentação criativa (CAMPILONGO, 2016). Isso pode ser entendido como a parceria entre arte e movimentos sociais identificada por Pedro Arantes, onde práticas artísticas oferecem novas formas de ação e percepção e novas ferramentas ativistas (ARANTES, 2016).

Essa contracultura é realizada tanto no cotidiano da ocupação quanto em eventos especiais - festas, performances, sessões de cinema, shows de música, e uma bienal de arte alternativa (BRASIL 247, 2017). A fronteira entre arte e vida cotidiana é borrada pela ocupação; os moradores esparramam sua convivência para a calçada e a rua, na ladeira estreita da Ouvidor, vencendo a opacidade do prédio de concreto com a insistência de seus corpos, em rodas de conversa, cantos, danças, ao som de música, ignorando divisões entre público e privado, urbano e doméstico. Abrem suas residências a uma miríade de atividades não-residenciais, e também a visitantes.

Note-se, no entanto, que a Ocupação não mantém portas abertas ao fluxo de pedestres; é preciso vi-

sitar o espaço acompanhado de um membro da ocupação. Apesar de sua presença urbana estridente, a Ocupa delimita claramente as fronteiras de seu universo cultural e social. Em parte, é questão de sobrevivência: o estado precário do prédio demanda atenção e energia; a autogestão de uma comunidade de mais de cem pessoas também. Em parte, o foco interno tem a ver com as preocupações artísticas dos integrantes. Arte, é claro, pode ser pública, política e urbana - mas não necessariamente, o que não é demérito.

A Ocupa aproxima-se da tática usada por ocupações de espírito alternativo comparável, como por exemplo projetos residenciais (Hausprojekte) e centros culturais alternativos de Berlim (SHAW, 2005), que também usam grafite e pinturas berrantes, numa estética punk, exibindo intervenções artísticas junto a sinais de deterioração física, trepadeiras invadindo paredes, estuque se descolando de fachadas, como tatuagens e piercings modificando o corpo do edifício.

A Casa Amarela é, também, uma ocupação cultural. Formada em 2014, passou por transformações em sua composição, começando como ocupação artística de espaço ocioso (parte de um projeto maior de ocupação de espaços vazios) e chegando ao projeto atual, denominado de Casa Amarela Quilombo Afroguarany (BRANDÃO, 2016; ATELIÊ COMPARTILHADO, 2014).² A referência quilombola enfatiza o caráter de resistência sócio-cultural e racial da



Figura 2 - Casa Amarela, agosto de 2016.

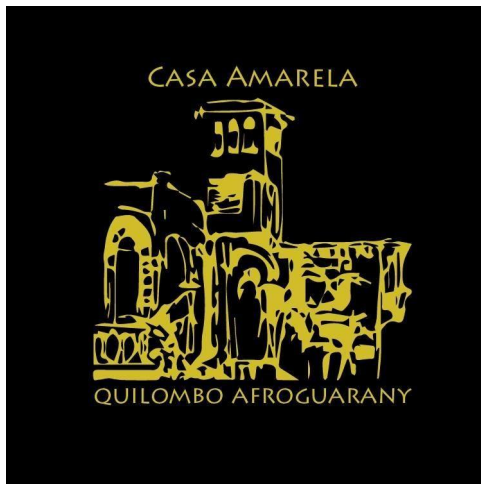


Figura 3 - Logotipo da Casa Amarela usado na página do grupo no Facebook.

ocupação, voltada à cultura afrobrasileira (CASA AMARELA, sem data; LEÃO, 2016). O bairro em que a casa se localiza está em processo de gentrificação: empreendimentos imobiliários recentes voltados à classe média perto da Praça Roosevelt e no chamado Baixo Augusta, incluindo o interesse privado na área do Parque Augusta, além da efervescência social e cultural do bairro vizinho de Santa Cecília.

A Casa Amarela ocupa um imóvel do início do século vinte, numa esquina da Rua da Consolação. O imóvel foi tombado em 2006 por ter mantido elementos construtivos e estilísticos de influência italiana (BRANDÃO, 2016, p. 45; CONPRESP, 2006). A casa se assemelha a um pequeno palacete, marcado por volumes justapostos: o corpo principal da casa, um terraço lateral que toma dois andares, uma torre posicionada assimetricamente. A casa se destaca do entorno pela cor amarela e ornamentos: arcos bicolores geminados, reminiscentes do estilo mudéjar; colunas e capitéis; mísulas e frisos decorados com volutas e relevos. É fácil entender por quê o imóvel atraiu a atenção de seus ocupantes: suas características arquitetônicas e estilísticas são únicas, e por si sós destacam a casa como um marco na paisagem. Não é à toa que o logotipo do grupo é um croqui da casa vista da esquina, ressaltando os volumes prismáticos sobrepostos, a torre e os arcos.

Tanto a Casa Amarela como a Ocupa concretizam a ideia da cidade como comum, demonstrando a potência do compartilhamento e da cooperação, devolvendo o uso social e cultural a bens públicos que estavam, por assim dizer, em estado dormente. Ao despertar prédios vazios e esquecidos para novos usos - usos baseados em práticas cotidianas de criação, sociabilidade, sobrevivência e lazer - essas ocupações vinculam-se a noção de festa de Lefebvre (1968), como campo das possibilidades e do direito à vida coletiva, e buscam desmercantilizar o espaço, negando a propriedade como forma capitalista assegurada por um título jurídico. Ao mesmo tempo, ao fazê-lo sem permissão oficial e sem pagar aluguel ou outros encargos, as ocupações recusam o “valor de troca” pelo qual imóveis e terrenos são avaliados pela quantia que podem gerar com venda, aluguel e especulação. Isso significa, por um lado, que o próprio ato de ocupar tais edifícios (em áreas cobijadas pelo “novo urbanismo global” gentrificador) configura uma resistência à gentrificação, na medida em que escapam da valorização imobiliária exacerbada, ainda que temporariamente. Por outro lado, o declínio da área resultante da falta de investimentos na manutenção implica na sua depreciação e desvalorização econômica no mercado. Considerando o contínuo desenvolvimento urbano da área central, o *rent gap* aumenta, ou seja, o nível potencial de renda da terra dados pela diferença entre o valor do imóvel desvalorizado e o valor do terreno não desvalorizado, aumentando a insegurança pela ameaça iminente de expulsão pela maior apre-

ciação da mercadoria-espaço (SMITH, 1987).

Mas a presença física é apenas uma parte da luta contra a gentrificação. É uma parte tangível e respeitável - no mínimo, pela inércia que rege a permanência de corpos, e pelo princípio físico da impenetrabilidade: dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço. Mas esta presença não é suficiente, e não apenas porque as forças políticas e econômicas do mercado são capazes de remover corpos e edifícios com surpreendente e violenta facilidade (tudo o que é sólido desmancha no ar...), tendo em vista que a segurança jurídica da propriedade permanece intocada nas propostas da reforma urbana e do Estatuto da Cidade, nos quais a lógica mercado-Estado, a rigor, está intocada. Assim, a questão que se apresenta é: seriam a presença física, as práticas cotidianas, a pura vivência, suficientes para garantir a realização do direito social à cidade de forma mais duradoura e estável, considerando os planos urbanísticos, as concessões e parcerias nas quais se concretiza a relação cada vez mais explícita entre mercado e Estado, juntos, operando através do sistema de justiça e da polícia?

Aqui podemos apenas especular. Como mencionado acima, em parte as ocupações sobrevivem pela falta de interesse da iniciativa privada e pela incompletude da gentrificação do centro. A Ocupa Ouvidor, por exemplo, está localizada nas bordas do Centro Velho, área que tem sido objeto de pla-

nos sucessivos de “revitalização”, “requalificação” e “revalorização” desde os anos 70. A sucessão desses projetos revela não apenas o interesse continuado das elites em retomar a posse física e simbólica de um centro popularizado e diversificado (KARA JOSE, 2007), como também o fracasso ao menos parcial desses projetos. Se tivessem conseguido completar seus planos de restauração física e aumento de valor imobiliário, não teriam sido necessários tantos outros novos projetos e iniciativas. O Centro tem uma diversidade renitente - diversidade composta não apenas de uma mistura salutar de usos, classes e raças, mas também de desigualdades, contrastes e pobreza.

Comparar São Paulo a outras cidades que passaram por um processo mais completo de gentrificação pode ajudar a especular sobre o futuro. Tomemos como exemplo o caso de Berlim, guardando as devidas proporções (sendo a Alemanha um país rico e que preserva muitas das conquistas do estado de bem-estar social). Ainda que essas diferenças sejam atenuantes, o caso de Berlim oferece algumas lições. Após a unificação da Alemanha em 1991, Berlim foi renovada em larga escala, com o objetivo de modernizar a capital e transformá-la em cidade global (COCHRANE, 2001; NEWMAN, 2005). Mas, apesar de enormes investimentos, nos primeiros dez ou quinze anos a cidade decepcionou expectativas, com valores de venda e aluguel abaixo do desejado, oferta imobiliária maior que a demanda e custo de vida abaixo da média para metrô-

poles europeias. No entanto, a vagarosa e incompleta gentrificação de bairros centrais foi avançando, com ajuda do poder público e com a popularidade da cidade. Esta popularidade deveu-se, em parte, justamente ao baixo custo de vida, à excelente infraestrutura urbana e cultural, e à reputação da cidade como ambiente criativo e rico em subculturas.

A cena alternativa da cidade, que contava com dezenas de ocupações residenciais e culturais tão ou mais contestadoras que a Ocupa Ouvidor e a Casa Amarela, foi paradoxalmente cúmplice de sua própria destruição. Enquanto o mercado imobiliário virava as costas para Berlim, as ocupações seguiam suas vidas em áreas centrais e privilegiadas. Mas, quando o mercado foi acordando e avançando implacavelmente sobre os bairros centrais, as ocupações foram sendo expulsas uma a uma, leilão por leilão, às vezes em paz, às vezes à força.

Berlim é uma cidade muito menor que São Paulo, e com estruturas de participação política e urbana mais avançadas, ou seja, uma cidade em que movimentos sociais teriam teoricamente mais chance de sucesso. Mesmo assim, e a despeito de muita organização política, os ativistas foram impotentes diante das forças de mercado aliadas a uma política neoliberal. O que podemos deduzir ou interpolar, com base nessa experiência? Se quisermos ser fatalistas, podemos parar por aqui e deixar a cidade ao sabor das marés financeiras. Mas não é

esta a nossa visão.

Acreditamos, sim, que é possível resistir às “estratégias do novo urbanismo global”. Mas a resistência deve ser reimaginada. A resistência não deve abandonar as táticas de ocupação física e criatividade artística representadas pela Ocupa Ouvidor e Casa Amarela, mas deve transformar essas táticas com a incorporação de novos métodos, práticas e ferramentas que aumentem sua repercussão política e social. Essas ferramentas requerem uma visão global da cidade, o reconhecimento da dimensão urbana de cada projeto, e a formação de alianças com grupos e movimentos diversos e aparentemente distantes. É preciso ter uma visão sistêmica da cidade: um entendimento de processos participativos de conhecimento, análise, planejamento e decisão. Defendemos que essas novas táticas, métodos e ferramentas existem, e vêm sendo realizadas na própria cidade de São Paulo. Estamos nos referindo aos ativismos urbanos e coletivos das periferias.

A desalienação como resistência: lições dos territórios populares.

Nas periferias atuam dezenas de coletivos urbanos ligados a questões de inclusão social, abordando temas como justiça social, raça, gênero, educação, aprendizado técnico, treinamento e colocação profissional, financiamento popular, arte, literatura, meio-ambiente, entre outros. Ocorrem na forma de espaços culturais autônomos, espaços alternativos

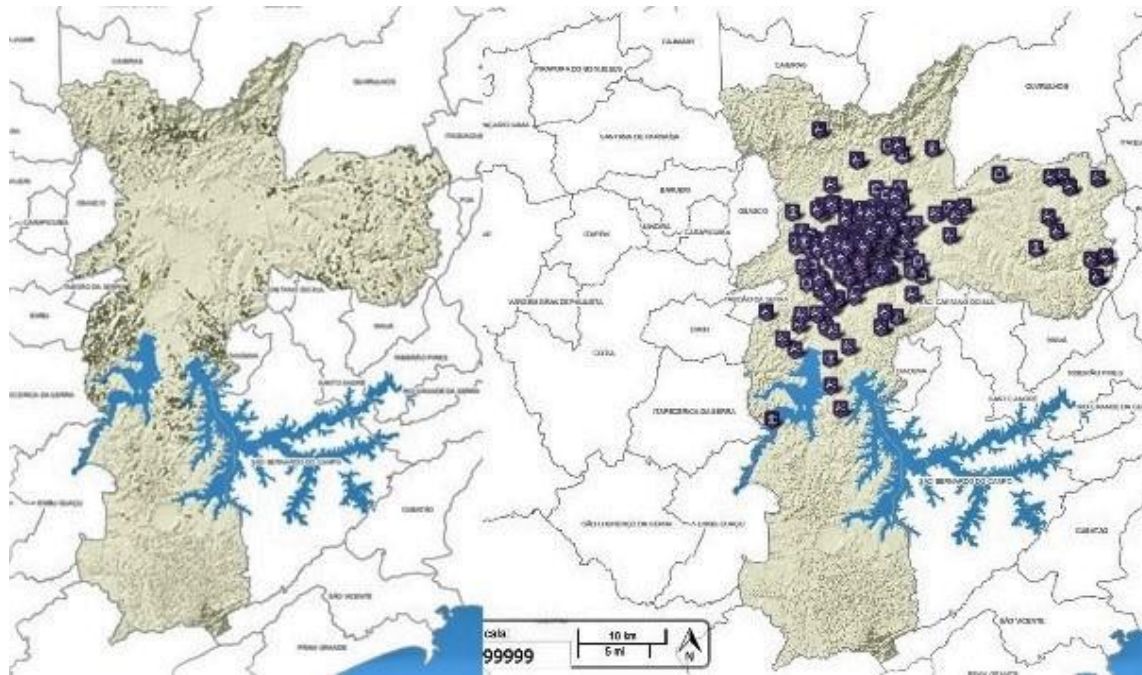


Figura 4 - À esquerda, mapeamento das favelas e à direita centros culturais públicos e museus da cidade de São Paulo. Fonte: Geosampa, 2017.

para a localização das principais favelas de São Paulo com a dos centros culturais públicos e museus é possível notar esse descompasso. Embora as novas tecnologias digitais diluam limites, encurtem distâncias e ampliem a compreensão do território (LEVY, 2000), a diminuta presença do Estado e de equipamentos públicos culturais nas franjas urbanas ainda se mostra substancial. Os coletivos trabalham para mitigar o déficit cultural dessas áreas.

Os coletivos periféricos atuam de forma tática (CERTEAU, 1998), propondo ações locais em pequena escala, na rua, no parque ou no bairro, a fim de corrigir problemáticas urbanas oriundas de uma escala global de gestão territorial (VILLAÇA, 2001). Suas ações representam demandas e urgências, tendo como mote o cidadão como agente essencial no processo de produção e de apropriação da cidade. O entendimento da cidade como plataforma aberta guia essa mistura de ações, comportamentos e significados atípicos para desenvolver uma espacialidade distinta daquelas previstas pela lei e pelas práticas tradicionais. Os marcos regulatórios, muitas vezes, acabam por atravancar o surgimento de iniciativas inovadoras para a produção e apropriação do espaço construído. Isso porque entendem o espaço a partir da perspectiva única do mundo moderno e da mercadoria, entrincheirado em fortes convicções, e não contemplam a dialética provocada por ações que percebem o espaço a partir das multiplicidades de camadas possíveis.

de sustentabilidade ambiental e arranjos criativos de produção de renda a partir da sua destinação social e coletiva (DARDOT E LAVAL; 2016). As ações periféricas possuem caráter de denúncia social, e tentam melhorar a espaços urbanos a partir de ideias comunitárias. Seus processos colaborativos são possíveis pela inclusão digital e facilidade de comunicação via internet (CASTELLS, 1999). Contudo, os grupos atuantes nessas áreas ainda são pouco conhecidos, porque esse tipo de ação é mais difundido onde há concentração de equipamentos culturais e investimentos públicos. Ao com-

Nas periferias, onde há uma engenhosidade coletiva já instaurada, essas experimentações espaciais contra-hegemônicas encontram campo fértil para prototipar soluções para problemas que querem denunciar. A lógica do comum (DARDOT E LAVAL, 2016), retomada no discurso e na prática dos coletivos centrais, já está presente há muito tempo nos espaços de informalidade e nas periferias, em especial nas estratégias de sobrevivência e nas relações informais de compartilhamento. A periferia funciona como campo aberto à improvisação, com subversão da forma e desvio da função sugerida. No território da ausência, cria-se a partir da recombinação e da reconfiguração dos códigos vigentes, aproximando-se da ideia de resíduo, aquele elemento que escapa aos sistemas e que contém o poder criador inesgotável (LEFEBVRE, 2006).

O valor imobiliário e fundiário na periferia é baixo, na maioria dos casos. Contudo, valores baixos prometem um “rent gap” lucrativo – o custo do imóvel e do terreno é baixo, mas o valor de revenda ou aluguel pode ser altíssimo dependendo dos investimentos (SMITH, 1987). Processos semelhantes vêm ocorrendo em algumas áreas da periferia paulistana, como o encarecimento dos aluguéis em função do estádio de futebol de Itaquera, do investimento em infraestrutura pública de mobilidade e saneamento, a intensificação dos processos de regularização fundiária, entre outros casos. Há que se considerar, portanto, o intenso comércio de terrenos e edifícios nessas áreas.

Assim, considerando os aspectos singulares da gentrificação nas periferias, a ameaça do deslocamento e expulsão, e o aumento de custos vinculados à movimentos específicos do capital, defendemos a ideia de que as tecnologias e metodologias sociais desenvolvidas, utilizadas e adaptadas por esses coletivos podem ser ferramentas importantes na luta contra a gentrificação em outras partes da cidade. Os coletivos periféricos não configuram estudos de caso em si, mas suas práticas são exemplos metodológicos que podem ampliar o escopo do planejamento tradicional ao oferecer formas participativas e democráticas por meio de processos inovadores de escuta e diálogo. Os coletivos, junto a outros movimentos sociais e organizações comunitárias, constroem uma cultura política local aberta a um público diverso, não delimitado a priori, que pode incluir moradores locais e também de bairros distantes; uma cultura preocupada não apenas em desenvolver suas próprias ações e interesses, mas também em democratizar o acesso à informação, educação, conhecimento, a meios de comunicação digitais e analógicos – enfim, uma cultura política aberta, engajada e participativa.

Em contextos de intensa precarização, exclusão e conflitos relacionados ao meio urbano, são fortalecidas as práticas associativas que colocam em pauta, através de suas adaptações no território, a apropriação democrática do espaço na cidade. Explicita-se um contexto de diferentes níveis de militância no cotidiano. Notamos a potência política e pedagógica

da arte e da cultura dos coletivos periféricos, no que Jameson (2006) definiu como “uma estética do mapeamento cognitivo”, ajudando a iluminar os ciclos complementares nos quais as práticas recentes transitam, como ativistas e militantes estético-políticos e associativismos diversos.

Mapear colaborativamente uma área, por exemplo, com participação direta da comunidade, coloca o cidadão como elemento central na construção autônoma da cidade a partir do interesse coletivo, práticas cotidianas, hábitos e costumes daquele grupo social. Mapear a subversão contida nas práticas espaciais cotidianas e compreendê-las como pequenas revoluções no território introduz avanços significativos na conquista do direito à cidade. Essa ferramenta, frequente na prática de grupos periféricos, tem como principal proposta a elaboração de representações gráficas que podem exercer diferentes funções-dispositivo (KASTRUP e BARROS, 2015) e abordar os conflitos de populações e grupos à margem da sociedade. No processo, emergem elementos e temáticas a serem incluídos nos mapas, nos quais a experiência de cada morador com o espaço é explicitada pelo agenciamento da dimensão afetiva. Mapeamentos colaborativos desestabilizam representações oficiais e carregam o caráter de reivindicação política e de resistência.

Essa produção corresponde à elaboração coletiva de elementos visuais, considerando a singularidade dos atores sociais e a dimensão simbólica dire-

tamente envolvidas com os territórios representados. Os mapas gerados são produtos de autoria de múltiplos sujeitos e explicitam o espaço da vida cotidiana. Ao trabalharem na elaboração dos mapas, os cidadãos envolvidos (re)produzem e (re)elaboram seu território e sua (re)existência. Sobre esse aspecto, Gouvêa indica que “mapas constroem a realidade e não simplesmente a representam; são, portanto, instrumentos de produção da realidade” (2010, p. 21).

É nessa trama que a cartografia social se revela como ferramenta poderosa e, ainda, como expressão da construção social do espaço. A cartografia social integrada ao processo de planejamento territorial tem como proposta construir o território com os atores diretamente envolvidos. As primeiras manifestações de cartografias sociais no Brasil ocorreram nos anos 90, na Amazônia, envolvendo populações tradicionais extrativistas lutando pela afirmação de direitos territoriais (ACSELRAD, 2008).

Essa metodologia participativa, onde se misturam linguagens representacionais e práticas territoriais, já está relativamente consolidada no campo da geografia no trato de povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos ou indígenas. A inovação trazida pelos grupos periféricos está na apropriação que fazem desse mecanismo para sua afirmação identitária e territorial, para explicitar tensões e conflitos, principalmente quanto à distribuição dos recursos públicos. Ao compreender o território de maneira

ampliada, na escala do projeto e do plano, os mapas construídos pelos cidadãos são ferramentas capazes de evidenciar dinâmicas existentes e, a partir da ação coletiva, fomentar reivindicações relevantes para os grupos envolvidos. Estes mapas produzem uma abstração conceitual a partir da realidade concreta pelo aprofundamento e identificação de tendências territoriais. São relevantes à prática do planejamento urbano por serem mapas processuais (e não mapas temáticos estáticos), portanto capazes de informar políticas públicas sobre processos de gentrificação em curso.

Alguns grupos periféricos trabalham com outras formas de análise e transformação, por meio da visualização por técnicas mistas, como colagens, desenhos e grafites, além de performances mais complexas e intensas, como as produzidas pelo Coletivo Coletores, da Zona Leste. Utilizam projeção de imagens em estruturas tridimensionais previamente mapeadas por software, para geração de significados e partilha de afetos, articulando memória e importância histórica cultural dos lugares. O deslocamento de significados produzido por essas outras maneiras de mapear a realidade traduz questões complexas para uma linguagem simplificada e acessível, transformando a cidade em um espaço pedagógico de fortalecimento popular.

Outras ações são pautadas em experimentações com o dispositivo cinematográfico, como a ação intitulada Cine Caixa D'água, do Coletivo Quarta

Pessoa do Singular, realizada em 2017 no fundão do M'boi Mirim - zona sul (MOREIRA e GARZILLO, 2017). Ao inserir sobrevoos de um drone fazendo gravações da vista panorâmica da área e projetá-las em suportes conhecidos, como a caixa d'água do bairro, a ação promoveu a reconquista prática da posição dos sujeitos da comunidade, de suas trajetórias variáveis e opcionais, e da totalidade urbana na qual estão inseridos, na medida em que permitiu "a representação situacional por parte do sujeito individual em relação àquela totalidade mais vasta e verdadeiramente irrepresentável que é o conjunto das estruturas da sociedade como um todo" (JAMESON, 2006, p. 77).

Jameson (2006) argumenta que essas práticas estéticas sugerem um modelo de cultura política apropriado à situação local, iluminando problemas do espaço como questão organizativa fundamental. Segundo Jameson, a reconquista de um sentido de localização e a reconstrução mental de um conjunto articulado são fundamentais à desalienação dos sujeitos urbanos. Essas representações não são mapas miméticos ou literais; apontam antes questões situacionais, a partir de uma "leitura sintomal" da realidade (LEFEBVRE, 2008). Também sugerem uma ampliação nas possibilidades de leitura e, portanto, de reconquista do espaço, pois contestam códigos de representação e começam a exigir "a coordenação de dados da existência (a posição empírica do sujeito) com concepções não vividas, abstratas, da totalidade geográfica" (JAMESON, 2006, p. 78).



Figura 05 - Ações do Coletivo Ciclo ZN. Fonte: Página do grupo no Facebook, 2017

A ação da maioria dos coletivos periféricos extrapola o espaço de sua sede, superpondo e imbricando suas práticas à cidade, das redes viárias aos fluxos de informação, do mercado às trocas simbólicas. Este é o caso do coletivo que se apropria de vazios e espaços ociosos para promoção de agricultura urbana, o Cidades sem Fome. Em atividade desde 2004, o grupo se apropria de faixas de domínio e áreas não edificantes, sobretudo linhões de energia elétrica, transformando-os em espaços produtivos de alimentos orgânicos e de subsistência familiar, criando um arranjo econômico solidário entre a comunidade, instituições e organizações. Também ocupam lotes privados e desocupados que não fazem uso social da terra. Mesmo agindo de forma itinerante, o coletivo concentra suas ações em São Mateus, na zona leste, onde está sua sede e o maior número de hortas comunitárias. Com diálogo direto com os proprietários legais, como em áreas pertencentes à Companhia de Energia A&S Eletropaulo, estabelecem contrato de comodato para viabilizar a ocupação. Já totalizam nove hortas na zona leste, além de ações em escolas públicas com plantio e debates sobre nutrição e alimentação saudável para crianças do ensino fundamental. Introduzem uma nova dinâmica no cotidiano pedagógico, o envolvimento comunitário nos espaços escolares, e a visão das escolas como espaço comum.

As reivindicações nas áreas periféricas partem de direitos básicos ligados à infraestrutura urbana e à

distribuição de políticas públicas. Enquanto os coletivos do centro lutam por (re)apropriação e valorização de praças em desuso ou edifícios vazios, a periferia paulistana reivindica e luta por espaços comuns que ainda não existem, como, por exemplo, a incipiente infraestrutura cicloviária na periferia da zona norte. O Ciclo ZN, um coletivo da Brasilândia, fundado em 2013 por moradores do Jardim Paraná, tenta fomentar a bicicleta como modal mais eficiente e barato. O grupo realiza oficinas de manutenção de bicicletas e construiu um bicicletário coletivo com doação de peças e ferramentas pelos moradores. O grupo pintou algumas faixas de pedestre e ciclovias alternativas, cuja ação resultou na consolidação de alguns trechos a posteriori pelo Poder Público. Suas ações propõem uma compreensão do território provida de ideais democráticos que também permeiam o terreno do comum (HARDT E NEGRI, 2005).

Ao ampliar suas ações para a rua, o grupo cria possibilidades de incorporação da participação e do engajamento da comunidade. Essa espécie de retorno do corpo ao espaço público, promovida pelos coletivos periféricos através de ações de resistência em territórios inóspitos, trazem para o rés do chão o debate sobre o direito à moradia como algo que extrapola a vida cotidiana no espaço privado. O associativismo em torno de interesses comuns, por si só, constitui tanto formas de resistência política quanto territorial, na medida em que a luta por justiça de distribuição e reconhecimento exige paridade de participação política, mas também condições míni-

mas de subsistência (FRASER, 2003).

O fato é que existe uma quantidade surpreendente de grupos articulados entre si resistindo e reivindicando direitos básicos, mas não só. A principal motivação de muitos grupos é o fortalecimento da cultura periférica, algo comum entre os coletivos das periferias das zonas norte e leste de São Paulo. Essas ações são capazes de inserir melhorias urbanas no seu entorno imediato, e também de produzir solidariedades e empatias, sobre e a partir do espaço habitado, produzido, vivido, ampliando a capacidade de articulação comunitária.

Este rol de experiências não-fixas, múltiplas e complexas compõe uma referência crítica para pensar a resistência à gentrificação a partir da desalienação da comunidade pela compreensão do seu território de pertencimento. As técnicas, métodos e metodologias colaborativas elencadas abrem novas perspectivas para documentação, acompanhamento e análise de conflitos e disputas a partir das esferas da vida cotidiana, o que permite ampliar canais de participação com a superação de procedimentos tecnicistas tradicionais.

Aberturas para pensar um destino emancipatório pós capitalista.

A partir das metodologias e dos experimentalismos desses novos arranjos sociotécnicos, propusemos

uma reflexão crítica sobre teorias e práticas democráticas contemporâneas que parecem criar condições graduais para a erosão do domínio capitalista, visando uma alternativa emancipatória. Fenômenos como a Casa Amarela e o Ouvidor são casos muito interessantes do ponto de vista da experimentação comunitária e estético-política, que operam dentro das fissuras do sistema capitalista, criando condições para seu desmonte. Sua presença e permanência em áreas onde há enorme pressão do mercado e do governo já consiste numa transgressão, uma vez que propõem uma utilização anômala ao processo em curso. Entretanto, nos últimos anos, esses exemplos centrais nos parecem descolados da conjuntura por se fecharem enquanto comunidades. Sua postura é diferente dos coletivos periféricos, que extrapolam os limites de suas sedes, espalham-se por entornos imediatos e remotos, e potencializam forças coletivas enormes, capazes de intervir ou colocar luz em questões urbanas urgentes para além da existência imediata de cada grupo.

A urgência faz com que esses coletivos lancem hipóteses de soluções através de ações reivindicatórias. Essa produção de protótipos pela experiência ou ação direta amplia o campo do possível, possibilitando pensar os espaços por dentro. Ensaiam uma reinvenção da vida social urbana, reforçando um sentido de abertura e indeterminação, e apontando formas inovadoras de mediação e compensação (LEFEBVRE, 2006; PARRA, 2017).

Nosso argumento procurou demonstrar que a politização do território proposta pelos coletivos periféricos coloca em xeque as estratégias mercadológicas de incorporação harmônica de comunidades ao território desenvolvimentista. Podem, assim, ser transferidas e adaptadas para o contexto de lutas antigentrificação em outras partes da cidade, na medida em que o empoderamento da comunidade desestabiliza discursos hegemônicos e limita a ação do mercado.

Referências

ABU-LUGHOD, J. **From Urban Village to East Village: The Battle for New York's Lower East Side**. Cambridge, Blackwell, 1995.

AÇÃO EDUCATIVA. Pagina da web, sem data. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/>. Acesso em jun 2020.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ALVES, G. A. **A requalificação do centro de São Paulo**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 109-118, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000100008>. Acesso em 09 de jan 2019.

ARANTES, P. F. **Práticas artísticas e o novo ativismo urbano**. Palestra. Museu de Arte de São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6XvJG4c6_OQ. Acesso em dez 2018.

ARRUDA, J.; **Insurgências nas Periferias da cidade São Paulo: Metodologia de análise da auto-**

gestão de dos comuns urbanos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO: URBANISMO NEOLIBERAL E A PRODUÇÃO DO COMUM URBANO, 2017, Belo Horizonte, MG. Anais do 1º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: Fluxos, p. 694-719.

ATELIÊ COMPARTILHADO. **Ateliê Compartilhado Casa Amarela.** Disponível em: <https://ateliê-compartilhado.wordpress.com/>. Acesso em out 2018.

AVRITZER, L. **Crise da ideologia.** In: Revista Cult, 15 (169), 2012. P. 39-42.

BRANDÃO, M. C. **Ocupar o patrimônio: Reflexões sobre estudos de caso.** Trabalho de Graduação Final. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

BRASIL 247. **Evento paralelo, Bienal de Artes do Ouvidor 63 começa nesta sexta-feira.** Brasil 247. Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/cultura/367823/Evento-paralelo-Bienal-de-Artes-do-Ouvidor-63-come%C3%A7a-nesta-sexta.htm> Acesso em out 2018.

CALDEIRA, T. **Social Movements, Cultural Production, and Protests: São Paulo's Shifting Political Landscape.** Current Anthropology, v. 56, n. 11, 2015, pp. 126–136.

CAMPILONGO, V. **Entrevista.** 2016, Formato: Arquivo mp3, 90 min.

CASA AMARELA. **Casa Amarela Quilombo Afro-guarany. “Quem Somos.”** Página da web. Disponível em: <https://casamarela.wordpress.com/sobre/> Acesso em set 2018.

CASTELLS, M.. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1

CERTEAU, M.. **A invenção do cotidiano – 1: Artes do Fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COCHRANE, A.; PASSMORE, A. **Building a National Capital in an Age of Globalization: The Case of Berlin.** Area, 2001, v. 33, n. 4.

CONCLI, R. **Resistências e conflitos marcam a gentrificação em São Paulo.** Agência Universitária de Notícias, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/resistencias-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/> Acesso em ago 2018.

CONPESP. **Resolução n. 3.** Prefeitura de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload5f14e_03_T_Rua_da_Consolacao_1047_1059_1075.pdf. Acesso em ago 2018.

COSTA, M.A. (org). **O estatuto da cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: Ipea, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **O Comum: um ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEUTSCHE, R.; RYAN, C.G.. **The fine art of gentrification**. In: October, n. 31, 1984

DIAZ, D.R., and TORRES, R.D. **Latino Urbanism: The Politics of Planning, Policy and Redevelopment**. New York: New York University Press, 2012.

DURAN, S. **Arquitetura da gentrificação**. Disponível em: <https://gentrificacao.reporterbrasil.org.br/sobre/index.html> Acesso em jul 2018.

FIX, M. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Editora Boitempo, 2001.

_____. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos Financeiros de uma Miragem**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

FIX, M.; ARANTES, P. “São Paulo: Metrópole-orntorinco”. In: ROLNIK, R; FERNANDES, A. (org). **Cidades**. Funarte, 2016, pp. 35–40.

FRASER, N.; HONNETH, A. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York, London: Verso, 2003.

GOUVÊA, J. P. N. **Cidade do mapa. A produção do espaço de São Paulo através de suas representações cartográficas**. Dissertação de mestrado. FAU USP, São Paulo, 2010.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: ed. Record, 2005.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEBDIGE, D. **Subculture: The Meaning of Style**. Londres, Methuen & Co, 1979.

HOLM, A. **Reclaim Berlin: Soziale Kämpfe in der neoliberalen Stadt**. Berlin: Assoziation A, 2014.

_____. **Die Restrukturierung des Raumes: Stadterneuerung der 90er Jahre in Ostberlin: Interessen und Machtverhältnisse**. Bielefeld: trans-

cript Verlag, 2006.

HOLSTON, J. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2008.

JAMESON, F.. **Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

JIMENEZ, A.C. **The Right to Infrastructure: A Prototype for Open-Source Urbanism**. Environment and Planning D: Society and Space 2014, vol. 32, pp. 342–362.

KALB, D.; MOLLONA, M. **Worldwide Mobilizations: Class Struggles and Urban Commoning**. Nova York, Oxford: Berghahn, 2018.

KARA JOSÉ, B. **Políticas culturais e negócios urbanos: A instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2007.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. Movimentos-Funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

KIßLER, M.; ECKERR, J. **Vom Arbeiterquartier zum Szenestadtteil: Die Entstehung eines innerstädtischen Kölner Wohnviertels nach Abschluß der Urbanisierung**. Die Alte Stadt 19, n. 1, 1992, pp. 51–74.

KUHN, A. **Vom Häuserkampf zur neoliberalen Stadt: Besetzungsbewegungen und Stadterneuerung in Berlin und Barcelona**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2014

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics**. Londres: Verso, 1985.

LEÃO, G. **Casa Amarela se estabelece como “quilombo urbano” no centro de SP**. Sobreviva em São Paulo. Disponível em: <https://www.sobrevivaemaopaulo.com.br/2016/02/04/casa-amarela-se-estabelece-como-quilombo-urbano-no-centro-de-sp/> Acesso em jul 2018.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. **Gentrification**. Londres, Routledge, 2008.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La

production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: ed. da UFMG, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000

MOREIRA, R. E. A. ; GARZILLO, J. **Planejamento urbano insurgente e as práticas possíveis: Cine Caixa D'água e outras ações coletivas**. In: urbBA [17], 2017, Salvador. urbBA[17] URBANISMO EM COMUM.

NEWMAN, P.; THORNLEY, A. Europe's World City Contenders: Paris, Berlin, Frankfurt, and Barcelona. In: **Planning World Cities: Globalization and Urban Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

PARRA, H. **A política do comum e do protótipo. Duas alternativas ao mal-estar contemporâneo**. In: IHU On-Line, entrevista especial com Henrique Parra (Unifesp). Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/574031-a-politica-do-comum-e-do-prototipo-duas-alternativas-ao-mal>

-estar-contemporaneo-entrevista-especial-com-henrique-parra. Acesso em out 2018.

PERMASAMPA. Disponível em: <https://www.permasampa.com/> Acesso em nov 2018.

RANDOLPH, R. **Do Planejamento colaborativo ao planejamento subversivo: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretos no Brasil**. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, v. 1, 2017, Porto Alegre. Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica, disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rainer.htm>. Acesso em dez 2018.

RODRIGUES, L.L. **Estatuto da Cidade: quinze anos se passaram, mas o Brasil urbano continua desigual e excludente**. Arch Daily Brasil. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/785520/estatuto-da-cidade-quinze-anos-se-passaram-mas-o-brasil-urbano-continua-desigual-e-excludente-lessandro-lessa-rodrigues> Acesso em jul 2018.

Counterpreservation: Architectural Decay in Berlin since 1989. Ithaca: Cornell University Press, 2016.

SHAW, K. **The Place of Alternative Culture and the Politics of Its Protection in Berlin, Amsterdam, and Melbourne**. Planning Theory & Practice, 2005, v. 6, n. 2, pp. 149-159

SILVA, P. **Tactical Urbanism: Towards na Evolutionary Cities' Approach?** Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science 2016, v. 43, no. 6, pp. 1040-1051.

SMITH, N.. **Gentrification and the rent gap.** In: Anais do Association of American Geographers, 1987, v. 77, n. 3, pag. 462-465.

_____. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city.** Londres: Routledge, 1996.

_____. **New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy.** Antipode n. 3, 2002, v. 34, pp. 427-450

SPERLING, D. **Você (não) está aqui -- convergências no campo ampliado das práticas cartográficas.** Revista Indisciplinar, 2016, n. 2, v. 2, dez.

TORRES, H.G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M.P.; BITAR, S. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo.** Estudos Avançados, 2003, v. 17, no. 47, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a06v1747.pdf> Acesso em mai 2018.

TORRES FREIRE, V. **O perfil socioeconômico da área central de São Paulo está em transformação?** Folha de São Paulo, 2 de junho de 2019,

disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2019/06/1988021-o-perfil-socioeconomico-da-area-central-de-sao-paulo-esta-em-transformacao.shtml>. Acesso em jun 2020.

VASUDEVAN, A. **Autonomous Urbanisms and the Right to the City: The Spatial Politics of Squatting in Berlin, 1968–2012.** In: VAN DER STEEN, B; KATZEFF, A; VAN HOOGENHUIJZE, L. (org). **The City Is Ours: Squatting and Autonomous Movements in Europe from the 1970s to the Present.** Oakland, CA: PM Press, 2014, pp. 131–51.

VEIGA, E. **Ouvidor, 63, há 3 anos nas mãos de artistas.** O Estado de São Paulo, 29 de abril, disponível em <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912>. Acesso em jul 2018.

VÉRAS, M.P.B. **Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidaes brasileiras.** São Paulo: Paco Editorial, 2018.

VILLAÇA, F.. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo; Studio Nobel, 2001.

WALLERSTEIN, I. **A esquerda mundial após 2011.** In: Harvey, David; Žižek, Slavoj; Ali, Tariq; et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.** São Paulo: Boitempo, 2012

WRIGHT, E. O.. **Como ser anti-capitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

Wyly, E. K. et al. **Cartographies of race and class: mapping the class-monopoly rents of American subprime mortgages capital.** In: International Journal of Urban and Regional Research 33 (2), 2009. 332-354.

